

Da liberdade ao território e os caminhos da comunicação comunitária na comunidade remanescente de quilombo da Caçandoca, em Ubatuba¹

Adriana Rabelo Rodrigues Marcelo²

Cicilia Krohling Peruzzo³

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo-SP

Resumo

Este texto analisa as questões históricas e suas interferências no processo de comunicação dos membros da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Tendo como base a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a observação participante, o trabalho que faz parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento na comunidade, tem como objetivo apontar os aspectos relacionados ao território e a identidade que interferem na relação dos herdeiros da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, dificultando o processo de comunicação. A comunicação comunitária é apresentada como uma alternativa para buscar o fortalecimento da identidade e da cultura local entre os remanescentes de quilombo que há séculos sofrem com a luta desigual contra posseiros e especuladores imobiliários.

Palavras-chave: Território; Identidade; Comunidade; Comunicação Comunitária, Caçandoca.

Introdução

A vida em sociedade é marcada pela supremacia de alguns grupos de poder, pelas contradições e lutas pela demarcação e domínios de territórios. Desde a sua colonização, o Brasil foi forjado em um ambiente no qual os interesses políticos e econômicos conduziram à submissão e deteriorações étnicas. No entanto, os grupos sufocados pela imposição de uma cultura dominadora viram na comunicação o caminho para resistir e lutar pela liberdade e manutenção da identidade e de suas heranças culturais.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – GT Comunicação para a Cidadania, no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo, de 05 a 09 de setembro de 2016.

² Especialista em Assessoria, Gestão da Comunicação e Marketing pela Universidade de Taubaté, UNITAU, e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista CNPQ, e-mail: adrianarodrig@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Profa. Dra. Cicilia Krohling Peruzzo. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

Nesse movimento histórico marcado pela imposição e esfacelamento de povos indígenas e suas culturas, outros indivíduos vindos do continente africano chegam ao Brasil. Milhares de homens e mulheres negros foram trazidos forçadamente para o país como mão-de-obra escrava, a partir da intenção dos governantes de movimentar a economia e manter o controle político nas mãos das oligarquias e da nobreza.

A escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil estima-se que vieram 40% dos escravos africanos (REIS; GOMES, 2001, p. 9).

Conforme apresenta João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (2001), com a força desse povo veio também sua cultura, seus costumes e hábitos como forma de manter viva a sua origem. De acordo com levantamento disponível no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, cerca de 4 milhões de negros entre homens, mulheres e crianças chegaram ao país entre os séculos XVI e meados do XIX.

Na busca por criar um ambiente favorável para suportar essa nova realidade, os escravos, mesmo sendo de diferentes nações africanas, portanto com culturas e tradições diferenciadas, buscaram adaptar-se ao novo por meio de ressignificações de suas origens e representações que os mantinham íntegros em seu imaginário, mesmo diante de tanta dor e sofrimento. A terra não era deles. Da mesma forma, não tinham mando sobre o próprio corpo, pois eram propriedades de seus senhores, mas a mente era ativa e seus pensamentos não tinham dono, eram livres. Num determinado momento, esse sonho de liberdade começou a ser externado e as lutas começaram a ganhar força, como apresenta os pesquisadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes.

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o negro negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individualmente e coletivamente (REIS, GOMES, 2011, p. 9).

Fugir também foi uma importante alternativa para aqueles que buscavam a liberdade e a autonomia. Em muitos casos, o objetivo da fuga estava associado à busca por um lugar onde todos pudessem viver sem as amarras da escravidão, numa vida plena, em comunidade. O espaço habitado por esses refugiados recebia o nome de “quilombo,

calhambolas ou mocambeiros” (REIS; GOMES, 2011, p. 10), dependendo da região do país. No entanto, o termo quilombo predominou e acompanhou a história e os estudos referentes aos grupos de “negros fugidos”, como eram definidos.

Nesses espaços, homens, mulheres e crianças conseguiam expressar suas culturas e despertar a capacidade de interagir com o meio e criar caminhos para viver livremente em comunidade. Nesses locais mantinham vivas suas tradições por meio das danças, dos contos, cantos e de outras formas de expressão, tendo a comunicação como a base para a manutenção da identidade étnica e suas tradições.

A comunicação tem papel fundamental na manutenção e difusão da cultura, bem como no fortalecimento da identidade. Para o ser humano, o ato de comunicar sempre garantiu, inclusive, a sua sobrevivência. Jorge A. González (2007) traz importantes contribuições para que seja possível analisar as influências dos contextos históricos no processo de comunicação de um povo. O pesquisador mexicano acredita que, para compreender a dinâmica do processo de comunicação, é necessário conhecer o passado de uma determinada sociedade ou grupo. Nesse sentido, deve-se levar em conta a história, bem como os aspectos culturais, políticos e econômicos que envolvem o ambiente pesquisado.

Na intencionalidade de explicitar a relação do homem com o seu ambiente e suas vivências, o pesquisador deixa claro, na obra “Cibercultur@ e iniciación en la investigación”, que todo ser humano está diretamente ligado àquilo que assimila durante sua existência. Ele compreende e se adapta a objetos identificados a partir de conceitos assimilados através de mediadores linguísticos que são incorporados ao longo da vida.

Todos sabemos que una cosa es lo vivido, las experiencias que nos suceden, y otra la forma en que las nombramos, las procesamos o en que las explicamos para hacer sentido con ellas. Por esa razón, los mismos “hechos” pueden ser concebidos de formas muy diferentes por personas distintas, pueden ser interpretados de maneras similares disímbolas, según el momento, el lugar, con quienes estamos, según el modo, el ritmo y las actividades que realizábamos, en síntesis, según la situación en la que nos colocamos (o nos han colocado) en la actividad de conocer (GONZÁLEZ, 2007, p.36).

Pela necessidade de adaptação e na tentativa de preservar as heranças culturais, os negros trazidos como escravos para o Brasil buscaram reinterpretar a realidade que passaram a viver e, ao mesmo tempo, buscaram novos significados para se adequar aos ambientes que eram inseridos e as culturas que passaram a vivenciar. Num misto de luta e resistência reelaboraram o modo de vida na tentativa de garantir a sobrevivência. No quilombo nascia a esperança de uma nova vida, com novos significados, numa terra repleta de sonhos, porém marcada pelo preconceito e pela discriminação. Nesses locais, seus

membros tinham a determinação para encontrar caminhos e criar mecanismos organizativos que permitiriam o equilíbrio do grupo que lutava pelo direito à liberdade e à autonomia, construindo assim a sua territorialidade, ou seja, buscavam uma vida em comunidade.

1. Comunidade da Caçandoca: história de luta e reconhecimento

Conforme vimos, a compreensão do passado permite que seja possível elucidar situações do presente, por isso trazemos a história da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, localizada na cidade de Ubatuba, Litoral norte do Estado de São Paulo, para compreender os aspectos que interferem no processo de comunicação do grupo. A comunidade da Caçandoca é marcada por uma trajetória de conflitos e conquistas, no entanto, sua origem foge às características mais conhecidas de definição de quilombos, normalmente identificados como territórios de fuga de escravos. A Caçandoca é terra de doação, conforme identificou o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo):⁴

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO ITESP, 2000, p. 8).

A antiga fazenda foi comprada por José Antunes de Sá, em 1858. O trabalho escravo mantinha suas atividades agrícolas como o cultivo do café e da cana-de-açúcar. Em entrevistas feitas com moradores e conforme informações do Relatório Técnico-Científico do ITESP (2000), foi possível compreender o porquê de a Caçandoca ser terra de doação. O fazendeiro levou seus três filhos: Marcolino, Isídio e Simphonio para ajudá-lo a administrar a fazenda. O território foi desmembrado em três núcleos, sendo eles: Caçandoca, Saco da Raposa e Saco da Banana. O objetivo era controlar as plantações de cana-de-açúcar e café, bem como acompanhar a rotina dos escravos daquela terra.

⁴ Em 2000, o Itesp desenvolveu o Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca, município de Ubatuba/São Paulo. O documento foi determinante para o reconhecimento das terras da Caçandoca como território remanescente de quilombo.

Além de administrar a fazenda, os filhos de José Antunes de Sá também se envolveram com escravas e com elas tiveram diversos filhos. Os descendentes de escravas com seus senhores nasceram, cresceram, e a maioria permaneceu na fazenda, mantendo forte o seu vínculo com o local.

O Relatório Técnico-Científico do ITESP aponta que, após a abolição, em 1888, alguns negros livres deixaram a fazenda para tentar a vida em outros lugares, mas muitos que já trabalhavam em suas roças, permaneceram na fazenda e fortaleceram ainda mais suas tradições, sua identidade e territorialidade. Antes de seu falecimento, o fazendeiro José Antunes de Sá doou suas terras para os herdeiros, mesmo que não reconhecidos oficialmente. Também foi permitido que os demais escravos libertos que já residiam no local permanecessem na terra. Foi nesse momento que a Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca começou a se formar.

Atualmente, 40 famílias moram na comunidade. Levando em conta que em cada casa vivem, em média, cinco pessoas, é possível deduzir que a comunidade é composta por aproximadamente 200 membros que vivem numa área de 890 hectares⁵, que englobam a praia da Caçandoca, onde reside a maioria, praia da Caçandoquinha, Saco da Raposa, Saco da Banana, praia do Simão, Bairro Alto e Saco do Morcego, todos localizados no litoral de Ubatuba, Estado de São Paulo. No entanto, existem aqueles que residem fora do local, mas têm direito sobre a terra, pois receberam a herança de seus antepassados.

Historicamente, os herdeiros da Caçandoca enfrentam sérios problemas com a especulação imobiliária, pois é a única área do Estado de São Paulo reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo localizada em terras da Marinha Brasileira, o que pode ser comprovado no mapa de localização dos quilombos do Estado de São Paulo, disponibilizado no site da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania⁶. O local é rico em belezas naturais, lindas praias, vegetação exuberante e água doce originária de nascentes.

⁵ O Relatório Técnico-Científico do ITESP, produzido no ano 2000, explica a forma de divisão de terras da Comunidade Remanescente de Quilombo. O texto diz que: “O território está atualmente dividido em trinta e quatro glebas, sendo onze no nome de pessoas da comunidade onde residem 17 famílias. Das vinte e três glebas restantes, três correspondem às duas escolas municipais e à igreja, construída pela Comunidade em 1962, de propriedade da Mitra Diocesana de Santos. Existem, ainda, benfeitorias em outras cinco glebas, e nas outras quinze não existe nenhuma forma de ocupação”.

⁶ Site da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado de São Paulo visitado no dia 09 de janeiro de 2016, às 14h32.
<http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuintem.3c1bc4284d87866ae967bad2390f8ca0/?vnextoid=10a475b289270410VgnVCM10000093f0c80aRCRD&vnextchannel=10a475b289270410VgnVCM10000093f0c80aRCRD&vnextfmt=default>

Em 1974, vários membros da comunidade foram ameaçados e expulsos, além de terem suas casas destruídas. Essa situação desestabilizou o grupo e provocou o afastamento de muitos de seus membros que, devido à pressão, deixaram a comunidade e mudaram-se para outras localidades. Mais uma vez, a história registra casos de violência movida pelo interesse de domínio de território e econômico contra a população negra.

Com o objetivo de trazer dignidade para os descendentes de negros escravos do Brasil, em 1988, as comunidades remanescentes de quilombo conquistaram um importante aparato legal com a promulgação da Constituição Federal. A partir daquele momento, o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), garantiu que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Mesmo amparados pela Constituição Federal, ainda faltava para os moradores da Caçandoca o reconhecimento legal do território, o que lhes garantiria certa segurança, apesar das pressões existentes especialmente por parte de grileiros e especuladores imobiliários.

Por esse motivo, em 2000, o Itesp⁷ (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) elaborou o Relatório Técnico-Científico que fez parte do processo que favoreceu o reconhecimento das terras da antiga fazenda da Caçandoca como comunidade negra rural remanescente de quilombo. A garantia legal dos herdeiros sobre o território foi concedida no mesmo ano. Esse fato permitiu que os herdeiros voltassem a sonhar com a continuidade da história de negros e negras donos por direito daquele território.

Apesar do reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, a Caçandoca continuou a enfrentar problemas, pois ainda não havia a efetivação legal dos direitos dos herdeiros sobre o território. Somente em dezembro de 2005, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que responde ao Governo Federal, reforçou o direito de posse aos herdeiros, e, em setembro daquele ano, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto de desapropriação por interesse social do território da comunidade. Na época, o Governo Federal determinou uma reintegração de posse e deu aos quilombolas o título de propriedade. No entanto, essa conquista dos herdeiros não impediu

⁷ O Itesp é um órgão estadual que tem como objetivo, segundo a Lei 10207 de 1999, promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento sócio-econômico; e participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios.

que as especulações e as invasões terminassem, pois esses problemas ainda acompanham o grupo.

1.2 Caçandoca: identidade e o sentido de comunidade

Apesar de os membros da comunidade terem a consciência de que são os donos da terra, que fazem parte de um processo histórico de lutas, resistências e conquistas, as divergências acompanham os herdeiros ao longo da história e enfraquecem a dinâmica social do local. A falta de entendimento entre os eles gerou uma divisão no grupo provocada especialmente pela disputa de poder.

Segundo o ITESP, o “sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais se confrontam e se relacionam” (RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO ITESP, 2000, p. 10).

No caso da comunidade remanescente da Caçandoca, as experiências negativas do passado comprometeram os vínculos culturais e de ancestralidade dos membros da comunidade, fazendo com que o sentimento de pertença e coletividade sofressem danos que comprometeram, inclusive a comunicação do grupo.

A legislação brasileira identifica as áreas de remanescente de quilombo como território tradicional, pois leva em conta os vínculos históricos, bem como os costumes e a cultura como laços que determinam a relação com os membros da comunidade e destes com o espaço. Segundo o Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, “territórios tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

Segundo a moradora e membro da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Caçandoca, Neide Antunes de Sá⁸, na tentativa de manter o direito sobre a terra herdada por seus antepassados, filhos de antigos membros da comunidade - que haviam se mudado para Santos na década de 1970 - fundaram naquela cidade a Associação de Quilombo da Caçandoca, na década de 1990.

No entanto, em Ubatuba, na Caçandoca, já havia a Associação de Moradores da Caçandoquinha, desde 1980. A falta de comunicação entre os dois grupos e a divergência de interesses provocaram vários desentendimentos por mais de 20 anos. Contudo, em 2013, por necessidade e orientações do Itesp e da promotoria de justiça, os dois grupos se uniram legalmente para evitar a perda do território.

⁸ Entrevista concedida à autora no dia 15 de agosto de 2015, na residência da moradora e herdeira da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Porém, essa união ficou limitada aos documentos que legalizavam a unificação das associações para Associação de Moradores da Caçandoca, composta por representantes dos dois grupos. A divisão do grupo, segundo relato dos moradores, está relacionada ao distanciamento daqueles que deixaram a comunidade, mas não querem perder os seus direitos sobre ela, bem como as questões religiosas e de interesse econômico, pelo fato de ser um local aberto ao turismo e cobiçado para exploração comercial.

Neide Antunes de Sá explicou que devido aos desentendimentos entre os herdeiros provocados pela disputa de poder e liderança, muitas tradições, como as festas religiosas católicas e atividades culturais antes fortemente difundidas na comunidade, estão sendo perdidas. Algumas atividades, como o mutirão, brincadeiras de roda, roda de histórias, festas religiosas, oficinas de artesanato e ervas medicinais ainda acontecem, mas não há muito envolvimento por parte dos descendentes. Neide relata que os desencontros e a falta de uma comunicação eficiente entre os membros da comunidade provocaram, inclusive, o fechamento da única escola e da Casa da Farinha, na qual era produzida a farinha de mandioca para consumo da comunidade e também para comercialização.

Nesse ambiente instável, onde as disputas nas relações de poder fragilizam o entrosamento entre os membros da comunidade e prejudicam o entendimento de coletividade do grupo, tornam-se nítidas as dificuldades para uma vida focada num objetivo comum entre os herdeiros, pois a força da relação com o ambiente está limitada ao espaço territorial.

O conceito de comunidade quilombola sofreu alterações no decorrer dos tempos, pois a sociedade, os órgãos representativos e as instituições que trabalham em defesa das causas territoriais étnicas lutaram para que fosse incluído, inclusive na Constituição Federal brasileira, o direito de propriedade e de reconhecimento dos grupos excluídos, humilhados e devastados ao longo da história do Brasil.

Segundo a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ABA, 1997, p. 47).

Além da Associação Brasileira de Antropologia, Richard Price, em sua participação no livro “Liberdade por um fio” (2011), traça um perfil do quilombo dos Palmares, reconhecido por sua organização política e econômica, localizado no Estado de Alagoas. O autor aponta as deficiências do quilombo no processo de organização e sistematização da

relação de poder entre seus membros. Segundo Price, “essas comunidades representaram um desafio heroico ao poder colonial e senhorial, prova eloquente de uma consciência escrava que recusava ser limitada e manipulada pelos brancos” (PRICE, 2011, p. 52).

Levando em conta a relação da identidade com os padrões de conduta de um determinado grupo, podemos considerar que a identificação de uma pessoa ou grupo com a comunidade está diretamente ligada à história e ao processo de comunicação que irão garantir a manutenção da cultura e das tradições, favorecendo o fortalecimento da identidade.

Nesse sentido, podemos verificar que a união de diferentes elementos sociais e suas influências na condução da história da humanidade compõe a cultura de um povo. Stuart Hall (2008) define cultura a partir da “dialética entre ser e a consciência social” como “sentidos de valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições práticas vividas através das quais esses ‘entendimentos’ são expressos e nos quais estão incorporados” (HALL, 2008. p. 133).

Em ambientes diversificados e muitas vezes complexos, os indivíduos, munidos de sua bagagem histórica e cultural, buscam a sua identidade como forma de fortalecer a presença dentro do grupo e sua relação com o mundo. Hall analisa aspectos diferentes da cultura e sua relação com a identidade. Para ele:

[...] a identidade é, na verdade, algo formado ao longo do tempo através de processos inconscientes, mais do que algo inato à consciência, desde o nascimento. Há sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre essa unidade. Ela parece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, ao invés de falarmos da identidade como algo concluído, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto na plenitude da identidade já presente dentro de nós enquanto indivíduos, mas da insuficiência de totalidade, que é “preenchida” a partir do que nos é exterior, pelas formas como imaginamos sermos vistos por outros (HALL, 1988, p. 30).

No entanto, conforme abordamos em outro momento do texto, os distanciamentos de membros da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca, desde a abolição da escravatura e depois por necessidade de trabalho ou por motivos de saúde, além das expulsões dos herdeiros de suas casas, enfraqueceu o espírito de unidade do grupo, gerando na comunidade um ambiente de controvérsias e instável. O que antes era um espaço de resistência passou a ser de rivalidade e interesses pessoais, desapegados de suas tradições e

heranças culturais. Nesse mesmo contexto, o sentido de coletividade que marca uma vida em comunidade ficou enfraquecido, assim como a identidade do grupo.

Para que os vínculos de uma comunidade sejam mantidos, é necessário que o grupo encontre meios de recuperar suas relações com o passado e adaptar-se às mudanças e impressões sobre o presente. Gustavo Quesada (1980) relaciona a existência da comunidade ao “povo que nela reside ou se identifica”. O autor também trata da relação da comunidade com os aspectos da identidade. Ele diz que:

É bom notar-se que quando várias pessoas comungam da mesma realidade ou se identificam com experiências semelhantes, isto é fator de união e de integração. É necessário tocar o âmago dessa identidade para poder obter ações comuns como um todo. Mesmo que qualquer comunidade possa se dividir em subcomunidades, representando constituintes com interesses vários um dos outros, há laços comuns entre si que atingem a periferia da comunidade (QUESADA, 1980, p. 14).

Apesar das dificuldades de relacionamento existentes na Caçandoca, é possível perceber que a vida em comunidade acontece, mesmo que de maneira um pouco tímida. Isto porque seus membros sabem da história de seus antepassados e se reconhecem nesse contexto.

Quesada (1980, p. 14) ainda aborda a relação da comunidade com a questão geográfica, fator que também interfere diretamente na relação dos herdeiros com o espaço comunitário. Segundo o autor, “toda comunidade cobre uma certa área geográfica. E sua identificação se localiza em algum acidente geográfico ou na organização social do seu povo”. A recuperação do senso de coletividade e as lutas por um objetivo comum, bem como um ambiente organizativo favorável para a manutenção da comunidade, ainda são considerados vitais para que os moradores não percam o direito sobre o território.

2. A comunicação comunitária como caminho para a prática da cidadania

Mesmo com todos os problemas que acompanham a história da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca e interferem na constituição da comunidade como um espaço de coletividade e lutas por objetivos comuns, é possível perceber brechas que poderiam favorecer o entrosamento entre os membros da comunidade, bem como fortalecer os elos históricos que unem os herdeiros.

Levando em conta a realidade do local, podemos perceber o quanto a história interfere no processo de comunicação do grupo. Originalmente os membros da comunidade

precisavam da comunicação para manter sua cultura e sua identidade na nova terra que habitavam quando ainda eram escravos. Era uma forma que encontraram para manterem-se ligados às suas origens.

Na atualidade, seus costumes e formas de comunicação sofreram alterações devido, inclusive, aos avanços tecnológicos, mas a necessidade de manter viva suas heranças culturais permanece. Num processo evolutivo do grupo, outros caminhos foram encontrados e outros sentidos de ser e estar foram incorporados entre os herdeiros. No entanto, a comunicação continua sendo o principal caminho para a manutenção dos herdeiros enquanto remanescentes de quilombo, pois precisam garantir a permanência do grupo no local conquistado por direito.

Apesar das tentativas de manutenção da cultura local por meio de atividades culturais esporádicas, é possível perceber sinais de que existem falhas de comunicação entre os herdeiros, agravadas, principalmente, pelos desentendimentos existentes entre os membros da comunidade.

A moradora Neide Antunes de Sá relata que muitas coisas que acontecem na comunidade ou em benefício da comunidade não chegam ao conhecimento de todos. Ela acredita que isso acontece pelo fato de não haver uma forma de comunicação eficiente entre os herdeiros. É possível perceber em outros moradores a vontade de saber mais sobre a comunidade e entender tudo que envolve o grupo. Esse anseio está presente principalmente naqueles que moram na Caçandoca e sentem no cotidiano os impactos da ausência de uma comunicação ampla entre os moradores.

Atualmente, a comunicação acontece de forma dispersa e limitada aos grupos presentes na comunidade, que acabam por lutar isoladamente pelos seus interesses, distanciando-se da coletividade.

Inseridos nesse ambiente rico historicamente, mas limitado pelos desentendimentos entre os membros da comunidade, é nítida a preocupação do grupo em manter o direito dos herdeiros sobre o território da Comunidade da Caçandoca, situação que está sempre em debate pelo fato de ainda haver grande interesse de posseiros e especuladores imobiliários.

Especialmente os membros que residem na comunidade e estão mais envolvidos com os tramites da justiça que envolvem o território remanescente da Caçandoca, parecem saber da importância de união e de ações coletivas para a luta pela manutenção do território sob o domínio dos herdeiros. Da mesma forma tendem a compreender que essas decisões coletivas são capazes de fortalecer o grupo. Justamente por isso, começam a perceber que

um canal eficiente de comunicação pode ser o caminho para o trabalho de conscientização do grupo e a troca de experiência e conhecimentos entre os membros da comunidade, além de fortalecer o espírito de coletividade.

Fundamentada na importância da apropriação dos mecanismos de comunicação por parte dos indivíduos e seus grupos, a pesquisadora Cicilia Peruzzo apresenta a comunicação popular como um canal de mão dupla, em que os envolvidos nesse processo assumem de fato o seu papel social.

A comunicação popular tem como protagonista o próprio povo e/ou as organizações e pessoas a ele ligadas organicamente. Nesse caso, ele é visto no seu antagonismo em relação às classes dominantes e concebido como o conjunto das classes subalternas” (PERUZZO, 2004, p.127).

Peruzzo acredita que um dos caminhos para a emancipação dos indivíduos e o exercício da cidadania está no acesso à comunicação e no domínio das técnicas que podem ser utilizadas para a difusão de movimento de luta, resistência e conscientização, num processo de comunicação informal.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita à pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura (PERUZZO, 2002, p. 8).

Nesse sentido, a comunicação comunitária assume um papel fundamental na promoção da cidadania, uma vez que os envolvidos em ações de práticas de comunicação ganham voz e dão voz para as minorias e os grupos muitas vezes marginalizados pela sociedade.

A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica a participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; a propriedade coletiva; o sentido de pertença que desenvolve entre os membros; a co-responsabilidade pelos conteúdos emitidos; a gestão partilhada; a capacidade de conseguir identificação com a cultura de interesses locais; o poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2007, p. 5).

Focada nos interesses da comunidade, a comunicação comunitária tem a missão de fomentar a prática da cidadania, pois traz para os indivíduos a responsabilidade para com seus deveres. Mesmo tendo como princípio a comunicação horizontal, o espaço de troca de conhecimentos também enfrenta conflitos, pois se adequar à liberdade requer debate e um

importante aprendizado de saber ouvir e respeitar as diferentes opiniões, religiões, posicionamentos políticos e ideológicos.

No entanto, Peruzzo (2002, p. 10) argumenta que o envolvimento de homens e mulheres na dinâmica da comunicação comunitária “contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da situação e não somente receptores”.

Tornar-se protagonista de uma ação requer comprometimento e mudanças. Numa comunidade, a prática da comunicação comunitária pode significar a possibilidade de fortalecimento do verdadeiro sentido de pertencimento, de união e luta pela preservação de culturas, história e amadurecimento político.

Cicilia Peruzzo (2002) acredita na potencialidade dos indivíduos em desenvolverem caminhos para sua auto-organização, construindo uma comunicação democrática na sociedade e nos grupos de convívio. Para a pesquisadora, a comunicação é um caminho para o fortalecimento da identidade e da conquista de espaços de articulação social.

As lideranças da comunidade remanescente de quilombo da Caçandoca estão começando a perceber o quanto uma ação colaborativa de comunicação pode ser eficiente e emancipadora para os herdeiros. Independente dos interesses particulares de cada grupo e família que têm direitos sobre o local existem os interesses coletivos que podem ser difundidos e debatidos entre todos.

Considerações finais

O território da Caçandoca passou por inúmeros processos no decorrer da sua história. Primeiro foi uma fazenda de café e de cana-de-açúcar que tinha na mão de obra escrava o principal meio de sua manutenção. Depois, tornou-se um quilombo por conta da doação das terras feita pelo antigo dono a seus herdeiros e demais moradores. Por fim, foi reconhecida como território remanescente de quilombo, dando a seus habitantes o direito legal sobre a propriedade.

A luta pela liberdade e autonomia dos negros escravos que habitavam o local, bem como sua cultura e suas tradições, garantiu aos seus herdeiros o direito legal sobre a terra. Apesar desses elementos vitais para a manutenção da comunidade, é possível notar que as questões históricas também prejudicaram o senso de coletividade e de pertencimento dos herdeiros com relação ao local.

A falta de estabilidade no relacionamento entre os herdeiros da Caçandoca comprometeu o senso de coletividade e interferiu diretamente no processo de comunicação do grupo, preso principalmente ao direito ao território. Essa situação prejudica manutenção das heranças culturais e enfraquece suas tradições, fato que pode prejudicar futuramente a manutenção dos direitos dos herdeiros sobre o território conquistado por direito legal.

O caminho para a comunidade remanescente é a luta por uma comunidade de igualdade. No entanto, Para alterar essa situação, será necessário retomar a consciência crítica presente nos antepassados que viveram a escravidão e fizeram da antiga fazenda um espaço de resistência.

Nesse ambiente, a comunicação comunitária se apresenta como alternativa para o amadurecimento da importância da coletividade e o fortalecimento da identidade do grupo enquanto remanescente de quilombo, bem como a preservação da cultura local. No entanto, é necessário o posicionamento de lideranças que entendam a necessidade de ouvir a comunidade para, a partir daí, buscar os novos caminhos para a Comunidade Remanescente de Quilombo da Caçandoca.

Com essa análise pretende-se colaborar com os estudos relacionados e a etnicidade, território, comunidade e comunicação comunitária, partindo do ponto de vista de que o indivíduo é responsável pela construção do seu ambiente e pela manutenção de seus direitos como cidadão. É importante ressaltar que a pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento. No entanto, os dados coletados até o momento podem contribuir com pesquisas relacionadas à comunicação e o caminhar de comunidades para a prática da cidadania.

Referências

CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília-DF: CNE, 2011.

IBGE. **Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento**. 2016. Disponível em: <<<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ITESP. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Camburi – Ubatuba-SP**. Abril/ 2002.

MERLO, Márica. **Entre o Mar e a Mata: A memória Afro-Brasileira: São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba**. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2005.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

_____. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. PCLA, v. 1, p. 1-15, 2002.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, p. 1-29, 2007.

QUESADA, Gustavo. **Comunicação e Comunidade: mitos da mudança social**. São Paulo: Loyola, 1980.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: uma história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA-SP, ITESP. **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.